



ESG — NOVOS RUMOS

Ivan Fialho

Estagiário da Escola Superior de Guerra (Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas — CEMCFA) em 1991, o autor apresenta uma análise sucinta da missão e atuação da Escola, objetivando, segundo avaliação própria, adaptá-la aos novos tempos, revigorando seu prestígio sem perda de espaço político.

Após mais de quarenta anos de existência como um centro de estudos político-estratégicas de elevado prestígio nos âmbitos nacional e regional, torna-se oportuno meditar sobre o estágio em que se encontra a Escola Superior de Guerra (ESG) na sua trajetória histórica, analisando como vem cumprindo sua missão e as novas opções que se lhe abrem.

Partimos da premissa de que, ao longo da vida de uma organização, podem surgir significativas mudanças no seu ambiente, de modo a induzi-la a buscar novos rumos, novos objetivos ou novas estratégias — o que representa a principal responsabilidade da liderança — a fim de sobreviver, consolidar-se ou expandir-se.¹

A ESG pode ter atingido um ponto de inflexão na sua evolução, tornando necessária uma reavaliação de sua mis-

são e forma de atuação, de modo a adaptá-la aos novos tempos, revigorando seu prestígio, sem perda de espaço político.

Quando tratamos de ESG referimos-nos, também, à sua doutrina — doutrina de segurança nacional — DSN e ao método de planejamento da ação política nela inserido, por serem estreitamente associados, apesar de a expressão DSN, já clássica e de amplo emprego na literatura especializada, ter um significado bem mais restrito e específico no âmbito interno da ESG.

De uma maneira geral, em amplos segmentos de nosso meio intelectual, a ESG tem sido estigmatizada sob o estereótipo de representar a hegemonia do poder militar sobre o poder civil ou a tutela dos militares sobre a sociedade, sendo a DSN, por sua vez, considerada de caráter ideológico, au-

toritário e elitista, desenvolvida no contexto da luta contra o comunismo sob influência norte-americana.² Desconhecem ou não reconhecem esses críticos, o esforço de atualização da doutrina feito pela ESG, dando-lhe um caráter mais aberto e prático, de um lado e de outro, passando a assumir a defesa da justiça social — que antes era bandeira quase exclusiva das esquerdas — e a questionar até mesmo, o uso indevido do conceito de segurança nacional.³ Admitimos, no entanto, que não tem sido grande a preocupação da ESG em esclarecer e difundir sua doutrina junto àqueles centros mais representativos de nossa intelectualidade, onde se concentram os maiores críticos da instituição.⁴

Esse ponto merece maior atenção. Alguns membros da própria ESG podem ter-lhe atribuído, inadvertidamente, uma posição de supremacia intelectual ante as demais instituições congêneres, o que, por sua vez, refletiria a atitude de superioridade que assumiam alguns segmentos militares ante as elites civis, em relação, primeiro, ao diagnóstico dos problemas nacionais e as estratégias para resolvê-los, e segundo, à real legitimidade dessas elites como autênticos representantes do nosso povo e fiéis intérpretes de suas verdadeiras aspirações.⁵

Propomos que a ESG assuma, com transparência, suas posições, desmistificando e legitimando suas propostas junto a camadas mais amplas de nossa sociedade, obtendo assim maior aceitação e apoio de determinadas elites políticas e intelectuais hoje avessas à instituição. A proposta parece angeli-

cal mas não é, como procuraremos demonstrar.

A existência de um instituto de altos estudos de política e estratégia nacionais tem caráter universal, existindo inclusive nos países do primeiro mundo, como o National War College dos EUA, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França, o Imperial Defense College da Grã-Bretanha etc. Isto porque todo Estado precisa dispor de um órgão voltado para a discussão e pesquisa de assuntos referentes à segurança nacional que, por sua vez, também não é assunto específico de país do terceiro mundo. Tem, pelo contrário, um caráter igualmente universal, no sentido *lato* de preservação de uma sociedade politicamente organizada contra ameaças internas ou externas, no contexto das outras nações soberanas.⁶

No Brasil, o conceito de segurança nacional adquiriu uma forte conotação negativa, como atesta o tratamento a ele dado na Constituição de 1988, quando foi praticamente abolido e substituído pelo de defesa nacional. No entanto, conforme assinala Oliveiros Ferreira, embora banida da Constituição de 1988 a expressão “segurança nacional”, os elementos integrantes do conceito, tal qual definidos pela ESG, estão presentes naquela Carta.⁷

Acreditamos que uma abordagem menos emotiva e mais racional do conceito de segurança nacional poderia dissociá-lo do de defesa, sendo a primeira um estado amplo e a segunda uma ação restrita, cabendo a segurança a toda sociedade, e a defesa apenas aos militares nas palavras de Antônio Car-

los Pereira que acrescenta: “Aceito este desdobramento conceitual, está aceita a doutrina da segurança nacional.”⁸

Os temas referentes à segurança nacional e a outros correlatos no campo da geopolítica e estratégia nacional não tem recebido a devida atenção por parte de influentes setores das elites intelectuais do Brasil e de outros países. A associação de tais temas a “militarismo”, no sentido pejorativo do termo, gera a ignorância ou o tratamento passional daquele campo de estudos.⁹ Como destaca Marcelo Montserrat, “por muitos anos a política de defesa foi uma área intelectual exclusiva dos militares; nisto muitas vezes se destacou o monopólio, mas deverá manifestar-se, também, o déficit da sociedade civil.”¹⁰

A falta de preparo e interesse dos civis no estudo de estratégia é citado, ainda, pelos autores Ubiratan Borges de Macedo¹¹ e Gen Ex (venezuelano) Carlos E. Calis Nogueira.¹² Esta situação tende a melhorar com a criação de centros de estudos estratégicos, particularmente nas universidades, a quem caberia a discussão teórica das experiências e conseqüências das políticas de defesa, segundo Domício Proença Júnior.¹³ Esse autor, no entanto, omitiu a necessidade da existência de um instituto estratégico público de alto nível, à semelhança dos que existem na maior parte dos países, conforme já destacamos.

Acreditamos que os temas de política e estratégia, desenvolvidos em caráter pioneiro pela ESG, tenderão a atrair cada vez mais outros centros de

estudos e pesquisas, à proporção que as elites civis forem superando sua política laudatória¹⁴ em relação aos militares, e se prepararem para assumir o papel de hegemonia política que lhes cabe numa sociedade democrática. Nessa sociedade, a segurança nacional perderá sua conotação negativa e se tornará um meio reconhecido e aceito pela maioria para a consecução dos objetivos nacionais.

Nesse processo de maior conscientização política do nosso povo e aperfeiçoamento democrático das nossas instituições políticas, a ESG tenderá a perder o seu papel de fonte autorizada da ideologia militar para os militares, conforme define Stepan,¹⁵ ou de instrumento da produção de consenso dentro das forças armadas, na visão de Edmundo Campos Coelho,¹⁶ para vir a se tornar um centro de estudos e pesquisas com uma integrada e significativa participação de estudiosos e estrategistas civis e militares, o que não ocorre hoje.

Cabe aqui relembrar que, à época de sua criação, a ESG veio preencher um vácuo nos estudos e pesquisas de política e estratégia, dada a insuficiência, ou despreparo, das elites intelectuais civis. O Estado precisava dedicar-se a estudos e planejamentos de política e estratégia nacionais, num quadro de guerra total. Daí, a necessidade de se criar um instituto de ensino e pesquisa de alto nível que formasse esses dirigentes e assessores.¹⁷ Por outro lado, estávamos no contexto da Guerra Fria sob a hegemonia dos Estados Unidos, o que também influenciou a criação da ESG e o desenvolvimento

de sua doutrina,¹⁸ o mesmo ocorrendo com nossos vizinhos na América do Sul.¹⁹

Julgo, no entanto, que as circunstâncias relativas à criação da ESG e à formulação inicial de sua doutrina só tem interesse hoje como pesquisa histórica, em face das profundas mudanças ocorridas nos contextos nacional e internacional, ao lado dos seus reflexos na própria doutrina.

A maior ênfase dada ao desenvolvimento, considerado mais prioritário do que a segurança, a partir de 1967, tendência que foi institucionalizada no próprio Regulamento da ESG, em 1973,²⁰ “a importante inovação no conceito da segurança nacional com o intuito de evitar a demasiada abrangência com que era geralmente encarada”, conforme Antônio de Arruda;²¹ o destaque para a justiça social qualificando o desenvolvimento; a mudança de enfoque do conflito leste x oeste para o conflito norte x sul, com o Brasil candidato ao ingresso no primeiro mundo, assumindo uma postura independente de defesa dos seus interesses nacionais no cenário daqueles países, particularmente contra os EUA, visto hoje como principal adversário nos campos econômico e científico-tecnológico, são alguns exemplos de novas orientações na doutrina e visão política da ESG, ainda desconhecidas por muitos críticos. Estes continuam se reportando a um estereótipo da ESG já ultrapassado.

Outro ponto bastante referido na bibliografia sobre a ESG é quanto à sua real importância como inspiradora de políticas governamentais ou de fonte

de planos de governo. Nesse caso, ou se superestima ou se subestima demais o papel da ESG. Na verdade podemos concordar com Alfred Stepan que “o período de maior importância política foi entre 1964 e 1967, quando muitos dos membros do grupo mais importante (da ESG) de 1952-1956 formularam e implementaram as diretrizes do primeiro governo militar”.²² Stepan complementa afirmando que “em entrevistas separadas, tanto o comandante da ESG como o general Golbery reconheceram que a ESG teve um papel político independente muito reduzido durante a abertura. Especificamente, nenhum estudo da ESG era enviado diretamente para os ministérios, embora fosse enviado para o EMFA, um órgão relativamente pequeno e pouco influente”.²³

No entanto, a não utilização direta dos seus planos e estudos pelos governos não se constitui em demérito para a ESG pois esta não é sua destinação. No final da década de 70, o próprio Mal. Cordeiro de Farias já afirmava: “Mas é preciso ter cuidado para não considerar a ESG como um centro de formulação da política do governo. Muita gente a caracterizou assim e alguns chegaram a dizer que a ESG domina politicamente o país. Não é verdade. A Escola não tem nada com isso. O que ela faz é eventualmente produzir, a pedido do governo, estudos teóricos a respeito de diferentes assuntos. Esses estudos são um mero ponto de partida para que as autoridades governamentais reflitam sobre a matéria. Fora isso, não existe qualquer outra ligação. Durante algum tempo,

reconheço, ESG e governo tiveram relações mais estreitas. Hoje, felizmente, esses vínculos já não existem".²⁴

Ora, se naquela época, sob governos militares, os vínculos ESG-governo quanto ao planejamento já não existiam, com mais forte razão hoje, após o período de transição e em pleno governo de um presidente civil escolhido mediante eleições diretas.

Na verdade, discute-se na ESG sobre a real finalidade dos trabalhos de planejamento setoriais desenvolvidos, anualmente, em grupos, pelos estagiários civis e militares, do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). São os chamados TG (Trabalhos de Grupo) elaborados com base no método de planejamento de ação política previsto na doutrina e que exigem bastante tempo e esforço dos estagiários, mas que perderam seu caráter de subsídios para os governos, tornando-se apenas exercícios didáticos e bibliografia para os trabalhos dos próximos estagiários ou membros do corpo permanente (professores da própria Escola).

Desse modo, não se precisaria, talvez, perder muito tempo em se discutir a importância da ESG para as políticas de governo, visando expressamente a diminuí-la, como o fez Myamoto Shiguemoli²⁵ pois, conforme já foi exposto, esta não é a missão da ESG.

Estamos procurando, ao longo deste breve ensaio, rebater algumas críticas contra a ESG e a sua doutrina, derivadas da falta de esclarecimento sobre a situação atual da instituição. Ambas evoluíram e alguns não o perceberam, fixando-se, ainda, em ima-

gens superadas. Procuramos também, relativizar outras críticas válidas, isto é, considerá-las sob uma perspectiva histórica do relacionamento da ESG, tanto com o seu ambiente direto, quanto com a sociedade brasileira como um todo.

A ESG, como instituição, não poderia deixar de reproduzir, dado o momento histórico da sua criação, fortes correntes do nosso pensamento político, como o autoritarismo e o positivismo.²⁶

Quanto ao papel das elites, bastante enfatizado na doutrina, podemos lembrar que, à mesma época em que a doutrina era formulada (1953), Santiago Dantas defendia suas idéias a respeito das relações entre as classes dirigentes e as classes dirigidas, ou entre as elites e as massas, criticando a inobjetividade, a incapacidade executiva, a insensibilidade aos interesses vitais do país e a incapacidade de comunicação de nossas elites com as massas.²⁷

A questão da ideologia é delicada e mais complexa. No entanto, na análise de um documento como a doutrina da ESG, não se poderia deixar de abordar este aspecto que tem sido alvo de críticas das esquerdas. As premissas filosóficas ou postulados axiológicos em que se baseia a doutrina devem ser colocados manifestamente, o que já representa um esforço no sentido, se não da neutralidade,²⁸ pelo menos da autenticidade e transparência, ao mesmo tempo que evita a posição, até certo ponto, ingênua e não científica, de pretender um discurso político e normativo totalmente neutro e não ideológico.

Levantáramos, inclusive, que a própria doutrina poderia incluir, na sua argumentação, prévias réplicas contra críticas de origem marxista. Desse modo, ao mesmo tempo em que se contrariaria abertamente àquelas críticas, enriquecendo a análise, reconheceria a significativa contribuição marxista no campo das ciências sociais, a qual não pode ser ignorada, sob pena de tornar frágil a argumentação.²⁹

Por outro lado, na medida em que a doutrina da ESG incorpore contribuições de outras correntes de pensamento, sem perder sua essência, alcançaria maior grau de legitimidade e de aceitação, atenuando, dessa forma, o aspecto ideológico.

O esforço no sentido de maior esclarecimento e difusão da doutrina, como passo para a conquista de maior grau de aceitação e legitimação, seria desenvolvido junto aos principais centros de pesquisas sociais e estudos estratégicos, que representam os formadores de opinião do meio universitário e intelectual. Esse público-alvo teria que ser procurado fora da ESG, porque constitui justamente aquele estrato que não mantém contato com a instituição, quer como estagiários quer como palestrantes.³⁰

Sob o mesmo raciocínio, poderíamos afirmar que o público que frequenta as ADESG deve ser constituído, na sua grande maioria, de civis com tendências políticas conservadoras, sendo auto-excluídos aqueles tidos como mais progressistas ou de esquerda.³¹ Estaríamos frente àquele conhecido fenômeno de comunicação social em que as platéias tendem a se

constituir de pessoas com prévia inclinação favorável às mensagens que esperam ouvir.

A maior abertura relativa aos públicos-alvos aqui referida, pressupõe uma mudança de tratamento quanto à natureza do inimigo interno, deixando de considerar como tal aquelas que, embora defendendo idéias políticas distintas, ou estratégias diferentes, querem atingir os mesmos objetivos nacionais permanentes. Essa ampliação do horizonte espiritual se situa na mesma linha do novo enfoque introduzido na doutrina, distinguindo oposição de contestação.³² Seria como se a ESG, seguindo sua tendência mais liberal e democrática, abdicasse de "ter em si o caminho reto e o exclusivismo da virtude cívica", nas palavras de Luiz Werneck Viana.³³

Abordando, mais uma vez, a ESG como uma instituição que parece ter atingido um ponto de inflexão no seu ciclo de vida, propomos uma volta às origens, isto é, que ela reassuma as funções de um verdadeiro instituto estratégico nacional, semelhante aos seus congêneres nos demais países do 1º e 3º mundo. Nessa configuração, atuaria como um pólo de irradiação dos estudos e pesquisas no campo da segurança nacional, estimulando debates junto a outros centros de pesquisa nas universidades. Idêntica preocupação foi manifestada pelo ministro da defesa de Portugal, no discurso do encerramento do Curso de Defesa Nacional 1990/91 do Instituto de Defesa Nacional. Segundo essa autoridade, "há que se promover o reforço da vontade de defesa pelo aprofundamento

do conhecimento dos interesses permanentes nacionais, pelo alargamento do consenso nacional em matéria de defesa, e ainda pelo relacionamento ativo da sociedade portuguesa no debate, classificação e aceitação desses mesmos vetores". O ministro se refere, ainda, ao apoio à criação de centros de estudos estratégicos nas universidades.³⁴

A ESG assumiria, explicitamente, o papel de "instrumento de um projeto estratégico", na expressão de Eliezer Rizzo de Oliveira,³⁵ semelhante às suas congêneres estrangeiras.

Discordamos, no entanto, do Prof. Eliezer, quando ele vincula a formulação doutrinária sobre a segurança nacional como dependente da preparação para a guerra, por ele entendida como um conflito armado total entre Estados Unidos e União Soviética.³⁶ Na época em que o autor escreveu o referido artigo (1987), e ainda hoje com a derrocada do comunismo, a preparação para a guerra se constitui numa preocupação inerente a todos os Estados que buscam a dissuasão ou, até mesmo, a ameaça militar no seu relacionamento. Isto porque, conforme Raymond Aron, "quem tem superioridade de armamento em tempo de paz convence os aliados, os rivais ou os adversários, sem precisar utilizar suas armas". Aron vê ainda a estratégia (comportamento relacionado com o conjunto das operações militares) e a diplomacia (a condução do intercâmbio com outras unidades políticas) como subordinadas à política, acrescentando que "em tempo de paz a política se utiliza de meios diplomáticos, sem ex-

cluir o recurso às armas, pelo menos a título de ameaça".³⁷

Após esta brevíssima mas necessária, porque incompreendida, digressão sobre a guerra, voltemos ao novo papel da ESG. Reportamo-nos à sua missão principal que deve ser o estudo da segurança nacional, campo em que "a ESG não pode omitir-se como o vem fazendo, sob pena de o Estado ter que criar outra instituição similar e fechá-la, por descumprimento de sua lei de criação", conforme Ubiratan Borges de Macedo.³⁸ Dedicando-se aos estudos político-estratégicos tendo como farol a segurança nacional, a ESG também se preocuparia com o desenvolvimento, não sob o enfoque atual de planejamento setorial, mas sim como condição necessária para fortalecer o poder nacional e, assim, a postura político-estratégica da nação. Atualmente, assuntos de política e planejamento econômicos têm recebido um tratamento inadequado, porque independente e dissociado da segurança e da estratégia, perdendo os estudos de economia seu caráter instrumental e dependente da grande variável que é a postura político-estratégica do país. O próprio enfoque dos trabalhos de grupo dos estagiários já referidos, culminando com a elaboração de planos setoriais de governo, atesta a presente situação.

O desenvolvimento deveria ser abordado e estudado como condição necessária para a segurança, sob uma visão estratégico-econômica internacional, dados os seus reflexos para a mobilização e logística nacional, em relação aos países rivais.³⁹

A ESG e a sua doutrina voltadas, precipuamente, para a segurança, no seu sentido *lato* universal, desempenharia o papel de um centro integrador e consolidador de tendências político-estratégicas, democrática e amplamente discutidas, de modo a servir de referencial para a nação na sua marcha ao longo da História. Julgamos que, num mundo de tão rápidas e profundas mudanças, cada sociedade precisa gerar e dispor de referenciais simbólicos, além de vetores e normas que legitimem a ordem institucional e evitem a ameaça do caos, ao mesmo tempo que reorientem a nação para a conquista dos objetivos nacionais, sem os quais ela se desintegra.⁴⁰ Desse modo, sob uma admitida visão organicista e funcionalista da sociedade, cada nação precisaria dispor de uma entidade que, de forma permanente e prospectiva, pesquisasse e estudasse, para a decisão dos dirigentes e sob o respaldo do povo, os grandes rumos do país na sua trajetória histórica. Este seria o grande papel da ESG no cenário nacional, cujo desempenho, no entanto, exige um reexame de sua postura atual, tornando-a mais aberta, transparente e humilde, numa interação mais dinâmica e receptiva com os demais centros e órgãos do pensamento político-estratégico brasileiro.

NOTAS

1. A redefinição dos objetivos da organização e a preocupação com a sua evolução global se constitui nas principais atribuições da liderança institucional, em contraste com as atribuições comuns da gerência administrativa. Ver *A Liderança na Administração — uma interpre-*

tação sociológica, de Philip Selznick, FGV, 1971.

2. Ver, particularmente, a análise crítica da ESG e de sua doutrina, de autoria de Eliezer Rizzo de Oliveira em *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*, Ed. Vozes 1976, retomada no texto *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico* que o referido autor apresentou no Seminário 'A Segurança Nacional dos Países da América Latina no Marco das Relações Internacionais Contemporâneas'. (Querétaro, México, 6 a 9 maio 1987.) Publicado na Revista *Política e Estratégia*, Ed. Convívio, São Paulo Abr/Jun 1988.
3. A propósito desta mudança de enfoque, sublinha o Desembargador Arruda Câmara, Conselheiro da ESG, que "o texto doutrinário de 1981, repetido em essência nos anos seguintes", já afirmava: "É uma generalização inaceitável a colocação de incidentes menores da vida de uma nação sob a égide da Segurança Nacional. Tal procedimento, pretendendo expandir-lhe a ação na realidade apegue-lhe as finalidades e a coloca não mais como garantia da realização dos destinos nacionais, mas sim, como um símbolo próprio de regimes autocráticos." Ver artigo *Doutrina da ESG: Principais Alterações Ocorridas nas Últimas Quatro Décadas*. Desemb. Antonio de Arruda, Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano V, nº 12, 1989, pág. 16.
4. A respeito desta disposição para o debate, o Gen Euclides de Figueiredo, quando Comandante da ESG e, segundo suas próprias palavras, conta que "a ESG, de forma desassomburada, saiu das muralhas da Fortaleza de São João para, em campo raso, lutar por suas idéias, aceitando qualquer desafio, culminando com a Conferência que realizamos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, no dia 8 de outubro de 1983 sobre o tema *A Segurança Nacional e as Forças Armadas*. Ver artigo *Missão Cumprida*, Gen Ex R/1 Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, Revista da *Escola Superior de Guerra*, Vol. V, nº 12, 1989, pág. 178.
5. Queremos nos referir à citação de que os esguianos "formam hoje o cerne da elite nacional", conforme aula inaugural da ESG do ano letivo de 1976, *A Influência da ESG no Pensamento Político e Estratégico das Elites Bra-*

- sileiras, proferida pelo então Ch EMFA Gen Antonio Jorge Correia (AI-76), pág. 12.
6. No seu texto apresentado no seminário referido na Nota nº 12, o Gen Ex argentino José Teófilo Goyret aborda a origem do conceito Segurança Nacional, destacando a obra dos três fundadores da nação norte-americana, em 1788, intitulada *O Federalista*. Ver artigo do citado autor *Equívocos da Segurança Nacional*, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
 7. Ver *A Segurança Nacional à Luz da Constituição de 1988*, de Oliveiros S. Ferreira, palestra proferida na ESG em julho de 1991, datilografada.
 8. Ver o texto apresentado no seminário já referido, *Aspectos Totalizantes da Doutrina de Segurança Nacional*, de Antonio Carlos Pereira. Revista *Política e Estratégia*, Abr/Jun 1988.
 9. Na verdade, existe em algumas instituições de ensino certo "patrulhamento ideológico" contra aqueles professores ou alunos que não assumem uma posição apriorística de oposição ou contestação, ao tratar de estudos políticos envolvendo o papel dos militares ou a Segurança Nacional.
 10. Ver o texto apresentado, no seminário já referido, *Idéias da Atual Política da Defesa da Argentina* de Marcelo Montserrat. Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
 11. Ver trabalho, apresentado no referido seminário: *A Escola Superior de Guerra, Sua Ideologia e Trânsito para a Democracia*, de Ubiratan Borges de Macedo, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988.
 12. Ver artigo *A Segurança no Continente Americano — A Visão da Venezuela*, do Gen Ex venezuelano Carlos E. Celis Nogueira, Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1989.
 13. Ver ensaio *Matar se Preciso For: Morrer Nunca*, de Domício Proença Júnior, publicado no suplemento Ciência do *Jornal do Brasil*, edição de 17 Jul 91.
 14. A expressão é de Edmundo Campos Coelho, significando perda de poder, ou autonomia por parte da elite civil em benefício do Exército, evidenciando assim uma ascendência do Exército e a forma pela qual os civis a reconhecem e se ajustam a ela. Aqui foi empregada no sentido de correlacionar a conquista de maior poder e autonomia da elite civil a uma maior dedicação e responsabilidade na formulação da Política e Estratégia Nacionais, não mais consideradas assuntos de interesse exclusivo dos militares. Ver *Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Edmundo Campos Coelho. Ed. Forense Universitária, 1976, págs. 130-132.
 15. Ver *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, Alfred Stepan. Ed. Paz e Terra, 1986, pág. 165.
 16. Ver referência Nota nº 14, pág. 165.
 17. Cumpre salientar que o National College dos EUA, que inspirou a criação da ESG, foi também criado logo após a 2ª Guerra Mundial. Ver artigo *Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior de Guerra*, de Osvaldo Cordeiro de Farias. Conferência pronunciada na Escola de Estado-Maior do Exército em 1949, e publicada na Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano VII, nº 20, 1991.
 18. "A ESG é filha de americanos, mas naturalizou-se brasileira", citação extraída de entrevista do Mal. Cordeiro de Farias. Ver *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo e Walder de Goês*. Ed. Nova Fronteira, 1981, pág. 412.
 19. O Gen Bda Ex venezuelano Carlos E. Celis Nogueira, no texto já citado na Nota nº 12, afirma que "O Conceito de Segurança Nacional se inspirou no Ato de Segurança dos EUA, de 1947, emendado em 1949, o qual deu origem à conformação e promoção da DSN em várias nações do continente. Respondia às situações de Guerra Fria, ao confronto ideológico e à Doutrina Truman".
 20. Conforme Desemb. Antonio de Arruda. Referência Nota nº 3.
 21. Idem, pág. 58.
 22. Ver referência Nota nº 15, pág. 57.
 23. Idem, pág. 58.
 24. Ver referência Nota nº 18, pág. 423.
 25. Ver artigo *ESG — Mito e Realidade*. Myamoto Shiguemoli. Revista *Política e Estratégia*, Vol. V, nº 1, Jan/Mar 1987.
 26. O Prof. Ubiratan Borges de Macedo reporta as origens da doutrina da ESG ao pensamento político de Alberto Torres, Oliveira Viana e do Gen Góes Monteiro. Julga no entanto irrelevante a influência do positivismo. Ver referência Nota nº 11. Eliezer R. de Oliveira também afirma que "a DSN tem claras ligações com o chamado "pensamento autori-

tário" de Alberto Torres, Oliveira Viana, etc. Ver referência Nota nº 2, Ed. Vozes, 1976, pág. 35.

- A propósito, cabe aqui destacar o caráter de instrumentalidade do poder na doutrina da ESG: "Muito mais que a preocupação com o poder *sobre*, o que a Doutrina tem em vista é o poder *para*", segundo Luiz Carlos de Albuquerque Santos. Ver artigo *Novos Fundamentos do Poder Nacional*. Revista da *Escola Superior de Guerra*, Ano VII, nº 19, 1991, pág. 118.
27. Ver texto *Debate de Dois Grandes Brasileiros* de Pedro Dutra. Suplemento *Idéias do Jornal do Brasil*, edição de 3 Nov 91, pág. 415.
 28. Procuramos aplicar considerações sobre o discurso científico de Eliseo Verón, transcrito por Eurico de Lima Figueiredo em *Os Militares e a Democracia*. Ed. Grad, 1980, pág. 43.
 29. Queremos nos referir, especialmente, às questões das relações entre as classes numa sociedade; ao papel do Estado, ao humanismo, à ideologia como instrumento de hegemonia de uma classe, aos efeitos das estruturas sobre o caráter do homem, enfim aqueles pontos mais importantes da análise marxista e já inseridos nas Ciências Sociais e que não podem ser ignorados, quer se concorde ou não com eles.
 30. Durante o ano letivo de 1991, o único representante desses círculos que compareceu à ESG como palestrante, foi o Prof. e Jornalista Oliveiros S. Ferreira. Ver Nota nº 7.
 31. O autor participou do Ciclo de Estudos da ADESG de Curitiba em 1989, ocasião em que pôde constatar este fato.
 32. Ver Desemb. Antonio de Arruda, referência Nota nº 3 e Oliveiros S. Ferreira, referência Nota nº 7, pág. 9.
 33. Luiz Werneck Viana se refere à corporação militar, e não à ESG especificamente, no trecho de onde foi extraída esta passagem. No entanto, julgamos poder aplicá-la à ESG. Ver ensaio *Problemas da Crise de Identidade*. Caderno *Idéias do Jornal do Brasil* de 10 Nov 1991.
 34. Ver *Nação e Defesa*. Revista do *Instituto de Defesa Nacional de Portugal*, Abr/Jun 1991, pág. 58.
 35. Ver artigo *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico* de Eliezer Rizzo de Oliveira. Revista *Política e Estratégia* Abr/Jun 1988, pág. 241.
 36. Idem, pág. 58.
 37. Ver *Paz e Guerra Entre as Nações* de Raymond Aron. Ed. Universidade de Brasília, 1986, págs. 72 e 73.
 38. Ver texto citado, Nota nº 11, pág. 221.
 39. É o enfoque referente à interação entre economia e estratégia de Paul Kennedy. Ver *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Ed. Campus, 1989.
 40. Estamos aqui aplicando conceitos utilizados por Berger e Luckman num outro contexto antropológico, relativo à maneira de caráter nômico ou ordenado, pela qual os universos simbólicos operam para legitimar a biografia individual e a ordem constitucional. Entendemos que das colocações dos autores relativas à ordem institucional, constantes do trecho abaixo pode-se, por analogia, inferir a necessidade de reafirmação permanente dos grandes objetivos nacionais para ordenar a história de uma nação:
 "A legitimação da ordem institucional enfrenta também a contínua necessidade de manter encurralado o caos. Toda realidade social é precária. Todas as sociedades são construções em face do caos. A constante possibilidade do terror anômico torna-se atual sempre que as legitimações que obscurecem esta precariedade são ameaçadas ou entram em colapso." Ver *A Construção Social da Realidade* de Peter L. Berger e Thomas Luckman, Ed. Vozes, 1974, pág. 141.



IVAN FIALHO é Coronel do Exército, do Quadro de Material Bélico. Além dos cursos da AMAN (Turma de 1963), EsAO (Turma de 1977) e ECEME (Turma de 1981), possui o curso da ESG (CEMCF/A/1991). É graduado em Administração Pública pela Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em Métodos e Administração de Empresas (área de Teoria e Comportamento Organizacional) pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (SP).